

## NOTA DE PESQUISA

### **“EL CAMPEÑO POBRE NO PUEDE EXISTIR! DÓNDE TIENE INGRESO, TIENE RESULTADO SOCIAL”: A REVOLUÇÃO AGRÁRIA EM CUBA**

Prof. Msc. Eraldo da Silva Ramos Filho

Professor Assistente do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe  
Doutorando em Geografia na Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente  
Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA  
E-mail: [eramosfilho@gmail.com](mailto:eramosfilho@gmail.com)

#### **Apresentação**

“Estudo comparativo das transformações recentes nos campos cubano e brasileiro (1994 – 2005)” é o título do projeto de cooperação científica internacional firmado entre o Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” (FCT/UNESP) e a Facultad de Geografía de la Universidad de La Habana (FG/UNESP). O Programa é financiado pela CAPES e apoiado pelo Ministerio de la Educación Superior de Cuba e conta com a coordenação geral do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes (FCT/UNESP) e coordenação, pela parte cubana, do Prof. Dr. Roberto González Sousa (FG/UH). A cooperação de dois anos envolve missões de estudos (em nível de doutorado sanduíche e/ou pós-doutorado) e missões de trabalho a serem realizadas por pesquisadores estrangeiros em ambos os países.

Neste texto, trato de parte das reflexões desenvolvidas durante uma missão de estudo - doutorado sanduíche – realizada entre setembro de 2007 e fevereiro de 2008, na FG/UH, em particular, abordo os caminhos da reforma agrária revolucionária. A missão teve como objetivo central, a partir do estudo das transformações recentes do campo cubano, compreender as políticas públicas e as ações realizadas pelos trabalhadores e Estado, como vistas à criação e recriação do campesinato no modo de produção socialista. A articulação com o doutoramento em curso se dá na perspectiva em que

comparo, no Brasil, as condições de recriação do campesinato por meio da sua luta política mediante as ocupações de terras e conquista de assentamentos de reforma agrária e a sua recriação pelo capital a partir dos programas de crédito fundiário, elemento componente do pacote agrário neoliberal do Banco Mundial e adotado pelo governo brasileiro há 10 anos.

Desta forma o texto está dividido em 4 partes. Na primeira seção, discuto as características da questão agrária na Cuba Republicana. Na segunda parte, apresento os condicionantes do triunfo revolucionário e analiso os princípios das Leis de Reforma Agrária. Na terceira seção, exponho o modelo de desenvolvimento adotado mediante a integração com a URSS para, em seguida, remeter o leitor às considerações finais.

### **O desenvolvimento do campo na Cuba Republicana**

O sociólogo colombiano Antonio García (1970, p. 10), tomando como referência a América Latina, realizou uma categorização dos tipos de reforma agrária em três grupos: (1) as reformas agrárias marginais, que não rompem com o monopólio senhorial sobre a propriedade da terra; (2) as reformas agrárias convencionais realizadas a partir da negociação entre novas e antigas forças políticas, com o intuito de alterar a forma de poder sobre a propriedade da terra, contudo, sem mudar as regras institucionais tradicionais; (3) as reformas agrárias estruturais “que integran un proceso nacional de transformaciones revolucionarias liberalizado por un agresivo elenco de nuevas fuerzas sociales identificadas en un objetivo estratégico de cambio, fundamentándose en la substitución de las relaciones tradicionales de poder y de las normas institucionales que las preservan y proyectan.” A terceira categorização foi adotada na Revolução política, em Cuba, a partir de 1959, com vistas à construção de um Estado Socialista.

A Cuba Republicana de Fulgêncio Batista apresentava um modelo de desenvolvimento do campo, cuja estrutura de poder baseava-se na acumulação capitalista advinda, principalmente, da produção de açúcar. Com um governo fortemente marcado pela influência e subordinação das políticas internas aos interesses internacionais, especialmente, os norte-americanos que satelitizavam o país àquela época. O poder político encontrava-se concentrado nos militares, e, o poder econômico no setor agropecuário, cuja participação de empresas estrangeiras e americanas era significativa.

A questão agrária do período estava marcada pelo binômio latifúndio – minifúndio. A elevada concentração fundiária (Tabela 1) - muito semelhante à existente no Brasil contemporâneo - estava dominada pelo capital externo, estudos indicam que, em 1950, somente 13 empresas norte-americanas controlavam 10% da área agrícola e 95% das grandes propriedades ocupavam-se com a produção de cana ou pecuária desenvolvida com baixo nível tecnológico. A dependência externa do setor se dava em duplo sentido: ao mesmo tempo em que dependia do mercado internacional para a venda da produção e a compra de insumos, implementos e tecnologia, deixava-se de produzir alimentos internamente, o que determinava numa dependência da importação de comida para a população.

**Tabela 1 - CUBA – Estrutura fundiária segundo declarações juradas de proprietários afetados pela 1ª Lei de Reforma agrária -1959**

Grupo de área (ha)	Superfície		Imóveis		Proprietários	
	HA	%	Nº	%	Nº	%
ATÉ 67	628.673	7,4	28.735	68,3	20.229	66,1
DE 67 A 402	1.641.440	19,3	9.752	23,2	7.485	24,5
MAIS DE 402	6.252.163	73,3	3.602	8,5	2.873	9,4
TOTAL	8.522.276	100,0	42.089	100,0	30.587	100,0

Fonte: PAZ, Juan Valdéz. **Procesos Agrarios en Cuba. 1959 - 1995**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 1997.

Outras características da questão agrária deste período eram: a) a subutilização das terras agrícolas, tendo em vista que, em 1957, apenas 22% da área agricultável encontravam-se semeada; b) o rentismo fundiário absenteísta, nos auspícios do triunfo revolucionário 70% dos imóveis eram explorados por outros que não os seus proprietários legais, sob diferentes formas como arrendamentos, subarrendamentos, parceria, posse, administração, etc.

Estas características desencadearam uma conjuntura sociopolítica de desigualdade, pobreza, miséria, subordinação e violência, que, conseqüentemente, criaram as condições necessárias para a organização popular e apoio ao movimento guerrilheiro, que se construía na porção oriental do país, liderada por Fidel Castro, Ernesto *Che* Guevara e Camilo Cienfuegos. O Exército Rebelde teve, como estratégico e fundamental, o apoio do campesinato que controlava as pequenas propriedades na área da *Sierra Maestra* e que cedeu abrigo nas terras sobre o seu controle para o fortalecimento das brigadas. Posteriormente, a construção da unidade entre campesinato

e operariado, em defesa do projeto de transformações apontado pelo Exército Rebelde, possibilitou o triunfo da Revolução, em janeiro de 1959.

### **O triunfo revolucionário e as Leis de Reforma Agrária**

O desenvolvimento do campo cubano, no período revolucionário, deve ser compreendido como resultante de diferentes fatores políticos, econômicos e sociais, dentre os quais se destacam, de forma inter-relacionada: a promulgação das leis de reforma agrária, a ligação histórica que Cuba construiu com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o bloqueio econômico, financeiro e comercial imposto pelos Estados Unidos da América (EUA) ao arquipélago.

A primeira Lei de Reforma Agrária foi promulgada pelo governo revolucionário em 17/05/59. Com o objetivo de transformar gradativamente as bases do poder econômico e político do país, tinha como princípios: a) construção, fortalecimento e aprofundamento da unidade entre operários e camponeses na defesa da Revolução; b) alteração do conceito de propriedade privada de direito individual para a compreensão como propriedade privada voltada para a redistribuição da riqueza e em prol do interesse social, base para o início do processo de nacionalização de toda propriedade privada; c) a reforma agrária deveria elevar e diversificar a produção, garantir, primeiramente, o abastecimento alimentar interno e promoção do bem estar da população, abastecer de matéria-prima a indústria nacional, através da criação de bases para seu crescimento e diversificação, além de promover a ampliação das exportações.

Portanto, a reforma agrária estava associada ao processo de ruptura com a antiga estrutura de dominação social, de construção de um modelo produtivo voltado às necessidades internas de alimentação, no qual a agricultura seria convertida no motor do processo de diversificação econômico-produtiva do país, viabilizando as condições materiais para desencadear um processo de industrialização.

Na busca da construção deste modelo, as características centrais da questão agrária foram atacadas pela referida Lei. O combate ao latifúndio foi iniciado com o estabelecimento do limite máximo da propriedade privada em até 400 hectares. Os imóveis que ultrapassavam esta dimensão tiveram o excedente desapropriado e incorporado ao patrimônio do Estado. Os minifúndios foram combatidos com o estabelecimento do *mínimo vital*, ou seja, nenhuma família poderia dispor de menos de

27 hectares, dimensão considerada básica para abastecer, com dignidade, uma família composta por quatro membros.

Toda a forma de rentismo fundiário foi combatida e eliminada. Ficou proibida a propriedade fundiária para fins especulativos, seja para a venda futura ou para a entrega sob a forma de arrendamento, parceria, etc. A terra agricultável foi destinada prioritariamente para os sujeitos que a trabalham, incorporou-se ao programa de reforma agrária mais de 100 mil famílias em detrimento das empresas estrangeiras e da burguesia nacional. As terras arrecadadas pelo estado foram nacionalizadas e coletivizadas.

O conjunto de mudanças provocou forte e violenta resistência na classe dos proprietários, que criaram diferentes formas de abalar o novo regime e, assim, evitar a perda das propriedades privadas. Neste período, o governo revolucionário reconhecia a existência de três tipos de propriedades: a capitalista, privada e limitada até 400 ha; a propriedade estatal resultante das terras incorporadas ao Estado mediante confisco; e a propriedade privada expressada pelo setor camponês proprietário anteriormente ou beneficiado com a reforma agrária. A fim de avançar com o plano revolucionário, mediante respostas econômico-produtivas e fortalecimento da defesa do regime, o governo difundiu um modelo de cooperativismo estatal e outro privado. O primeiro consistiu nas *Granjas del Pueblo* e difundiu-se junto ao setor camponês as Cooperativas de Crédito e Serviços (CCS).

No modelo estatal, as terras e os meios de produção pertenciam ao Estado e os agricultores eram contratados sob a forma de assalariados agrícolas pelas cooperativas estatais que, na maioria das vezes, ocupavam áreas de antigos latifúndios ou centrais açucareiros desapropriados e/ou abandonados por seus donos. Ao longo do processo, estas unidades produtivas especializaram-se no cultivo e industrialização da cana de açúcar, arroz e pecuária. Estes são produtos estratégicos para o país, o primeiro por ser o principal gênero de exportação, os demais por fazerem parte da cesta básica da população. As CCS's eram formas cooperativas iniciais cuja propriedade da terra foi mantida individualmente e a cooperação estava voltada para a aquisição de insumos, implementos, serviços, créditos e venda da produção, eliminado, portanto, o caráter anti-econômico das compras individuais. A condição inicial desta forma cooperativa corresponde à intencionalidade de gerar, a partir desta forma organizativa, uma consciência coletiva da necessidade de coletivizar a terra entre o campesinato.

No modelo de desenvolvimento em construção, o campo assumiu na divisão do trabalho lugar estratégico para a soberania nacional. Almejando lograr resultados positivos, buscou-se, com a reforma agrária, desenvolver atitudes positivas de recuperação e conservação dos solos e matas, bem como, os sujeitos envolvidos no processo de produção agropecuária deveriam ter as suas necessidades essenciais atendidas. Neste sentido, instituiu-se, como política de Estado, a concentração dos camponeses e trabalhadores rurais em agrovilas com moradias em alvenaria, infraestrutura básica e serviços sociais, conforme discurso do Comandante e Chefe Fidel Castro pronunciado em 1960:

No estarán completas las Cooperativas hasta que no hayamos hecho un pueblo en cada Cooperativa donde vivan los cooperativistas. (Aplausos) Con todas las comodidades, tengan las casas, el centro escolar, el círculo social, la tienda del pueblo y, en fin, todo lo que a que detener un pueblo, luz eléctrica, etcétera. (MINISTERIO DE LA AGRICULTURA, 2000)

As medidas de concentração da população do campo foram fundamentais para a promoção da elevação da qualidade de vida e universalização do acesso aos direitos sociais. Contudo, o planejamento das habitações primou pela agilidade em criar moradia para todos, mesmo com os dilemas de limitado orçamento. A ânsia em cumprir as metas da planificação, dentre outros aspectos, deixou de lado a observância dos valores, especificidades do modo de vida e lógica de reprodução das famílias camponesas. Foram criados, em algumas localidades por todo país, arranjos urbanísticos no campo de inúmeros blocos de edifícios de apartamentos, de cimento pré-moldado, destinado às famílias de camponeses e/ou trabalhadores assalariados agrícolas. (Foto 1)

Tradicionalmente, o domicílio da família camponesa constitui-se na casa rodeada pelo quintal, hortas, jardins e criações. Destinar-lhes uma habitação compacta, em blocos de edifícios, atinge no âmago um conjunto de relações entre a família, vizinhança e sua própria relação com o trabalho. Contudo, a cultura e a identidade camponesa se apresentam tão fortes que sua resistência se dá em diferentes circunstâncias. Os moradores dos *edificios rurais* disputam, saudavelmente entre si, cada palmo de solo no entorno das suas exóticas habitações para exercitar o plantio e as pequenas criações (Foto 2).

Neste contexto, a distribuição de terras em Cuba, após a primeira Lei de Reforma Agrária, estabeleceu a seguinte distribuição fundiária: a) Estado ficou com 40% das terras; b) aos proprietários capitalistas (com limite máximo de até 400 ha) destinou-se 40% das terras agrícolas; c) aos camponeses destinou-se 20% das terras. A partir desta estrutura, a Revolução redistribuiu terras limitando as áreas sob o controle dos camponeses em até 60 ha, posteriormente, adotou-se o limite de 67 ha, equivalente a 5 *caballerías*<sup>1</sup>, como extensão máxima de terras que poderiam possuir os camponeses. Naquele momento, previa-se que o Estado destinaria, gratuitamente, 26 ha de terras e o restante, até o limite estabelecido, poderia ser adquirido mediante o pagamento ao Estado, todavia, este último nunca realizou a cobrança.

**Foto 1 – Urbanização da moradia no campo – Quivicán – Província La Habana**



Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho (Fevereiro de 2008)

<sup>1</sup> Caballería é uma medida de área espanhola, na qual uma caballería equivale a aproximadamente 13,4 hectares.

Foto 2- Resistência da identidade camponesa – Las Terrazas – Pinar del Río



Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho (Outubro de 2007)

O processo de expropriação das grandes propriedades, a concentração territorial no Estado, a transformação político-ideológica, etc., provocaram um conjunto de reações na classe dos latifundiários que intensificaram as ações contrárias ao processo revolucionário, exigindo do governo respostas. Assim, foram criados mecanismos de organização da sociedade, na cidade e no campo, a fim de defender a revolução. Anteriormente ao triunfo da Revolução até os primeiros anos do novo regime, os camponeses estavam organizados por setor de produção agrícola (café, tabaco, pecuária, etc.).

Diante da intensidade da luta pela terra e da necessidade de vincular os camponeses na defesa do processo revolucionário, o governo de Fidel Castro e o Partido Comunista Cubano decidiram promover sua organização em uma única entidade. Em 17/05/1961, foi organizada a Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP), que congrega os camponeses organizados produtivamente nas Cooperativas de Créditos Comercialização e Serviços (CCS) e nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA). A criação e adesão às cooperativas foram voluntárias, e, buscou-se, no interior

destas, o fortalecimento de outros princípios importantes como a democracia interna, a autonomia e o apoio estatal. Atualmente, existe um total de 466 CPA's, que agrupam cerca de 36.463 camponeses e existem ainda cerca de 70 mil *camponeses privados*, ou seja, aqueles que não aderiram ao sistema cooperativista.

A CPA é um modelo produtivo que reúne, voluntariamente, sujeitos integrantes do setor privado (camponês) em torno da cooperativização da terra, dos meios de produção e da produção. Criada a princípios dos anos 70, formou-se com a conversão de algumas CCS's em CPA's e/ou incorporação de produtores privados à cooperativa. Tinha-se por objetivos o fortalecimento da organização política e produtiva, como também, socializar este setor econômico. Com a criação das CPA's, houve uma transformação no espaço agrário, que reduziu o quantitativo dos pequenos lotes individuais inerentes às CCS's e instituição de uma propriedade de dimensão mediana, cujas cercas foram eliminadas, tendo em vista a cooperativização da propriedade da terra. Ademais, faz-se necessário ressaltar que se colocou em curso a vinculação da produção camponesa aos interesses de compra do Estado, gradativamente, fator que determinou a organização territorial produtiva das Cooperativas. (SORZANO, 1999)

Outra estratégia adotada para defender e avançar com as diretrizes e princípios do programa revolucionário foi a elaboração, promulgação e execução, em 31/10/1963, da Segunda Lei de Reforma Agrária que instituiu: (1) a abolição da propriedade agrária capitalista mediante a nacionalização de todas as áreas, anteriormente, concedidas aos latifundiários cujo limite se estendia até os 400 ha; (2) incorporação destas áreas ao controle do Estado, de modo que, este assumiu o controle de 80% das terras agrícolas; permanecendo os camponeses com algo entorno de 20%; nacionalização das propriedades acima de 67 hectares.

### **Modelo de desenvolvimento do campo até o período especial**

A partir da década de 70, gradativamente, Cuba estreitou relações com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), aderiu ao bloco econômico dos países socialistas, o *Consejo de Ayuda Mutua Económica - CAME* e assumiu, na divisão internacional do trabalho do campo socialista, a função de país produtor e exportador de açúcar, elaborado a partir da cana-de-açúcar. Tal produção era elevada e o mercado consumidor garantido por seu principal parceiro econômico a URSS, compradora da

totalidade da produção a preços elevados, que repassava sob condições contratuais específicas para os países que compunham o referido bloco.

Os níveis de produção e produtividade foram garantidos pela adesão ao modelo técnico-produtivo-comercial da Revolução Verde. Decorreu disto uma forte dependência de sementes, insumos e implementos agrícolas que eram fornecidos, a preços módicos pela URSS. O Setor Estatal se especializou na produção exportadora, sendo o responsável por controlar e determinar o modelo técnico-produtivo praticado no campo. Incentivou a entrega e/ou arrendamento de terras das cooperativas camponesas a este setor e gerou intenso processo de proletarização dentre o campesinato. Os elevados preços pagos pelo açúcar garantiram a pujança econômica à custa de forte dependência externa.

Com a crise da URSS nos anos 80 e declínio do bloco socialista na década de 90, a relação comercial privilegiada desapareceu em menos de 1 ano e meio. Junto com ela, perdeu-se aproximadamente 70% do comércio exterior, e, Cuba deparou-se em uma crise econômico-social estrutural, marcada pela ausência completa de produtos e condições de viabilizar a produção agropecuária e atender as necessidades básicas da população, momento histórico denominado *período especial*. A perda deste parceiro comercial privilegiado e a intensificação dos termos do bloqueio econômico político, comercial - imposto pelo governo dos Estados Unidos da América- conduziram o país a uma necessária, urgente e profunda reestruturação das bases econômicas do país, impondo o desafio de converter-se de parte de um sistema em um complexo de sistemas, processo em curso neste momento.

### **Considerações Finais**

Diante do exposto, faz-se necessário retomar alguns referenciais para pensar a elaboração de um caminho a ser percorrido ou observado no processo de reforma agrária brasileiro, mesmo diante do reconhecimento que, atualmente, não há conjuntura para o desencadeamento de uma revolução agrária.

O campesinato é uma classe social, que ao longo do seu processo histórico de mais de 5.000 anos de existência, demonstra uma postura de resistência na defesa dos seus princípios de trabalhar a terra. No caso cubano, demonstrou-se como aliado político indispensável para o triunfo da revolução de 59 e construção da sociedade socialista nestas cinco décadas. Além do que, no processo de construção da reforma

agrária, deve-se garantir espaço a esta classe social para contribuir com a elaboração da política, com a finalidade de atender as especificidades deste segmento.

O fortalecimento do Estado é indispensável para a realização de um processo de redistribuição da propriedade fundiária que elimine a concentração fundiária e o minifúndio e combata o rentismo fundiário. Nesta perspectiva, é fundamental o estabelecimento dos limites máximo e mínimo de extensão dos imóveis rurais.

Em Cuba, o modelo de desenvolvimento territorial passa pela planificação central do Estado Socialista, cujo fundamento essencial é o bem estar do Homem promovido mediante a garantia de salários adequados, direitos e serviços básicos. Este bem estar se materializa nos planos de produção, na espacialização dos povoados e garantia dos serviços essenciais oferecidos à população, pois segundo dirigentes da Unidade Básica de Produção Cooperativa 9 de Abril, localizada no município de Santo Antonio de Los Baños, *“El campesino pobre no se puede existir! Dónde tiene ingreso, tiene resultado social!”*

Contudo, deve-se observar que a opção político-econômica do país de integrar-se a URSS conduziu ao abandono dos princípios elaborados nas Leis de reforma agrária e especialização do país na produção açucareira voltada à exportação. Com isto, aprofundou-se a dependência externa mediante adoção de um modelo de desenvolvimento do campo altamente nocivo ao meio ambiente e concentrador de riqueza. O que resultou na extrema concentração da propriedade fundiária no setor estatal e a proletarianização de grande massa camponesa.

Reafirmo, para que uma política de reforma agrária promova a redistribuição da riqueza, do poder, recupere e conserve o meio ambiente, garanta a soberania e segurança alimentar é preciso que o Estado se fortaleça, conduza, controle e monitore o processo redistributivo a fim de garantir ao campesinato as condições materiais de realização do processo produtivo e comercialização justa dos resultados. Deve-se evitar a monopolização das condições materiais pelo Estado e eliminar o protagonismo do mercado na concretização de um processo redistributivo.

## **Bibliografia**

**Constitución de La Republica De Cuba.** < <http://www.cuba.cu/gobierno/cuba.htm>>  
Acessado em: 26 de out. 2007, às 10:31hs.

GARCIA, Antonio. **Dinámica de las reformas agrarias en América Latina**. 3 ed. Medellín/Bogotá: Editorial La Oveja Negra, Bogotá, 1970.

GONZÁLEZ, Armando Nova. **La agricultura en Cuba: evolución y trayectoria (1959 – 2005)**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2006.

GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Tradução: Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, s/d.

MEZZÁROS, Istiván. **O poder da ideologia**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MINISTERIO DE LA AGRICULTURA. **Discurso pronunciado por nuestro Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz el 16 de Agosto de 1960, ante los 600 Coordinadores de Cooperativas Cañeras**. Ciudad La Habana, 2000.

MINISTERIO DE LA AGRICULTURA. **Control gubernamental al ministerio de la agricultura**. Mayo de 1997.

**Plan Bush: destruir la nación cubana – síntesis de documentos**. La Habana: Editora Política, 2006.

SORZANO, Angelina Herrera. **La cooperativa como forma de tenencia y su papel en la organización del espacio rural cubano**. La Habana, Cuba, 1999. 137. Tesis (Doctorado en Ciencias Geográficas) – Facultad de Geografía, Universidad La Habana.

RAMONET, Ignacio. **Cien horas con Fidel: conversaciones con Ignacio Ramonet**. 3ª ed. La Habana: Ocinia de Publicaciones del Consejo de Estado, 2006.

PAZ, Juan Valdéz. **Procesos Agrarios en Cuba. 1959 - 1995**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 1997

SANTANA, Santiago Alemán; ALBELO, Víctor Figueroa. **El modelo cooperativo campesino en Cuba**. La Habana: Editora Política, 2005.

UNIVERSIDAD DE LA ALCALÁ DE HENARES. **Señas: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileiros**. São Paulo: Martis Fontes, 2002.